



TERRITÓRIO E NEOLIBERALIZAÇÃO: AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS PENTECOSTAIS NO RIO DE JANEIRO¹

Pamela Casanova Kimmemgs²

RESUMO

O espaço geográfico brasileiro, compreendido como sistema de objetos e ações (Santos, 2020), é atravessado pelo fenômeno pentecostal, que representa mais de 60% do evangelismo brasileiro e expande-se alinhado à racionalidade neoliberal e à Teologia da Prosperidade. O presente trabalho tem por objetivo compreender as Comunidades Terapêuticas (CTs) pentecostais como dispositivos urbanos neoliberais, elencando os nexos entre pentecostalismo e neoliberalização do Rio de Janeiro no período de 2019 a 2022. As CTs religiosas são instituições privadas financiadas pelo Estado, que oferecem tratamentos religiosos a dependentes químicos, substituindo políticas públicas. Questiona-se: em que medida a expansão das CTs está associada à intensificação da neoliberalização no estado do Rio de Janeiro? A metodologia consiste em levantamento bibliográfico, levantamento de dados primários e secundários em legislações e decretos e no IBGE, entrevistas, trabalhos de campo e mapeamento das CTs. O financiamento público dessas entidades cresceu 65% no período, enquanto o aumento de verbas destinadas aos CAPSad (SUS) foi apenas de 11%. Cerca de 82% das CTs contratadas são vinculadas a grupos religiosos, sendo 40% pentecostais. Em 2022, havia no Rio de Janeiro cerca de 109 CTs, 38 concentradas na capital. Como possível estratégia locacional segregadora, as CTs estão, em sua maioria, localizadas em áreas periféricas dos centros urbanos. Como resultados parciais, tem-se as CTs pentecostais enquanto dispositivo urbano neoliberal que reestruturam o espaço geográfico e as políticas públicas. Os nexos entre a Teologia da Prosperidade e a neoliberalização do território revelam a consolidação de uma gestão urbana privatizante e perversa.

Palavras-chave: Espaço geográfico, neoliberalismo, comunidades terapêuticas, igrejas evangélicas, pentecostalismo.

RESUMEN

El espacio geográfico brasileño, comprendido como un sistema de objetos y acciones (Santos, 2020), está atravesado por el fenómeno pentecostal, que representa más del 60% del evangelismo brasileño y se expande en consonancia con la racionalidad neoliberal y la Teología de la Prosperidad. El presente trabajo tiene como objetivo comprender las Comunidades Terapéuticas (CTs) pentecostales como dispositivos urbanos neoliberales, destacando los nexos entre pentecostalismo y neoliberalización en el estado de Río de Janeiro

¹ Este trabalho apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa de doutorado intitulado “Pentecostalismo, a religião do neoliberalismo: uma análise da atuação das Comunidades Terapêuticas do Rio de Janeiro (2010-2022)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Projeto Neoliberalismo, igrejas evangélicas e cidadania territorial: uma análise das comunidades terapêuticas (2018-2022) - Chamada CNPq/MCTI N 10/2023.

² Doutoranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pamelacasanovakimmemgs@gmail.com.



durante el período de 2019 a 2022. Las CTs religiosas son instituciones privadas financiadas por el Estado que ofrecen tratamientos religiosos a personas con dependencia química, sustituyendo políticas públicas. Se cuestiona: ¿en qué medida la expansión de las CTs está asociada a la intensificación de la neoliberalización en el estado de Río de Janeiro? La metodología consiste en revisión bibliográfica, levantamiento de datos primarios y secundarios en legislaciones, decretos e información del IBGE, entrevistas, trabajo de campo y mapeo de las CTs. La financiación pública de estas entidades creció un 65% en el período, mientras que el aumento de los recursos destinados a los CAPSad (SUS) fue de solo un 11%. Aproximadamente el 82% de las CTs contratadas están vinculadas a grupos religiosos, siendo el 40% pentecostales. En 2022, había en Río de Janeiro alrededor de 109 CTs, de las cuales 38 estaban concentradas en la capital. Como posible estrategia locacional segregadora, la mayoría de las CTs se encuentran en áreas periféricas de los centros urbanos. Como resultados parciales, se tiene que las CTs pentecostales funcionan como dispositivos urbanos neoliberales que reestructuran el espacio geográfico y las políticas públicas. Los nexos entre la Teología de la Prosperidad y la neoliberalización del territorio revelan la consolidación de una gestión urbana privatizadora y perversa.

Palabras clave: Espacio geográfico; neoliberalismo; comunidades terapéuticas; iglesias evangélicas; pentecostalismo.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico brasileiro, compreendido enquanto sistema de objetos e ações (Santos, 2020), é atravessado pelo fenômeno evangélico. As igrejas pentecostais, com práticas proselitistas, cresceram significativamente, principalmente a partir de 1990, concomitante ao processo de neoliberalização do território. O pentecostalismo representa mais de 60% do evangelismo brasileiro (IBGE, 2010), com grande crescimento nos estratos e territórios vulneráveis social e economicamente. Esse processo de expansão religiosa tem sido interpretado por autores como expressão da racionalidade neoliberal, na medida em que fé, mercado e moral se articulam em uma mesma lógica de autogestão e responsabilização individual (Santos; Vilaça, 2021; Gonçalves; Santos; Lima, 2022; Silva 2024; Reis, 2024; Kimmemgs; Reis, 2024).

O Rio de Janeiro apresenta o menor percentual católico do país, 45,8%, contra 29,4% de evangélicos (15,7% pentecostais) (IBGE, 2010). Segundo Araújo (2023), o estado apresenta um dos maiores números de instalações evangélicas, com mais de 80 igrejas por 100 mil habitantes, sendo possível indicador das transformações futuras em escala nacional.

A expansão da informação e das práticas de consumo contemporâneas criou condições para novas religiosidades empreendedoras, mercantilizadas e competitivas, que corroboram para a constituição da cidade corporativa. Essencialmente urbano (Machado, 1994), o pentecostalismo não apenas reflete, como incorpora a racionalidade do período



técnico-científico-informacional (Santos, 2020). Essa relação entre fé e mercado reforça o que Dardot e Laval (2016) chamam de “nova razão do mundo”, na qual o sujeito é interpelado a agir como empresa de si mesmo, transformando a crença em investimento espiritual e o sucesso em sinal de bênção.

Analizadas a partir de diversas esferas, destaca-se a atuação das igrejas pentecostais nas políticas públicas através das Comunidades Terapêuticas (CTs) religiosas, instituições privadas financiadas pelo Estado, que não fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e oferecem tratamentos religiosos a indivíduos que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas (SPAs). Estudos recentes apontam que as CTs religiosas, ao se expandirem com apoio da esfera pública, reproduzem práticas de disciplinamento moral e deslocam o tratamento do campo da saúde pública para o campo confessional (Bardi; Garcia, 2022).

O presente trabalho, em fase inicial, tem por objetivo compreender as CTs pentecostais como dispositivo urbano neoliberal, à tentativa de dar luz à relação entre pentecostalismo e neoliberalização do estado do Rio de Janeiro (embora articulado com outras escalas) no período de 2019 a 2022, quando houve o aumento de 65% de seu financiamento. Entende-se como dispositivo urbano neoliberal (Bricalli, 2022) uma rede articulada de instituições, discursos e práticas que governam sujeitos e espaços (Foucault, 2008), respondendo a urgências de períodos históricos com funções estratégicas dominantes.

Diante disso, questiona-se: em que medida a expansão das CTs está associada à intensificação da neoliberalização no estado do Rio de Janeiro? A cidade, espaço de acumulação de técnicas, conflitos e cooperações, incorpora religiões como sistema de crenças, sentimentos e conflitos, e como sistemas de objetos técnicos articulados com a racionalidade capitalista. As CTs, a partir da escassez e/ou pouca efetividade das políticas públicas, atendem aos interesses capitalistas, gerindo territórios e reforçando práticas de gestão privada da pobreza urbana alinhadas ao neoliberalismo (Silva e Cataia, 2024). Assim, a expansão das CTs pentecostais pode ser analisada como parte de um processo de governamentalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), no qual fé, moral e política se combinam para reproduzir a racionalidade do capital no espaço urbano brasileiro.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa qualitativa consiste em levantamento bibliográfico sistemático nas bases acadêmicas, focando na relação entre pentecostalismo,



neoliberalismo e políticas públicas. Paralelamente, foi realizada análise documental sobre legislações e decretos que regulamentam a atividade religiosa e o financiamento das CTs, dados do IBGE e registros de financiamento público disponíveis nos portais de transparência. A etapa empírica contempla: mapeamento das CTs no estado do Rio de Janeiro através de dados secundários da Federação Nacional de Comunidades Terapêuticas; e trabalho de campo em unidades selecionadas. Para mapear a presença das CTs no estado do Rio de Janeiro, foi realizado um levantamento de endereços e localização territorial preliminar dessas instituições através do Google Maps. Os dados foram analisados articulando a teoria do espaço geográfico (Santos, 2020) com o conceito de dispositivos urbanos neoliberais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço geográfico entendido como um sistema indissociável de objetos e ações, proposto pelo professor Milton Santos (2020), constitui o fundamento teórico desta pesquisa. Nesse sentido, interpretamos o território como resultado histórico da articulação entre técnica, tempo e sociedade, evidenciando as mediações e contradições presentes no espaço geográfico. A teoria miltoniana possibilita compreender as Comunidades Terapêuticas (CTs) pentecostais como objetos com ações integradas à racionalidade do atual período técnico-científico-informacional, de forma que expresse a neoliberalização do território brasileiro.

O neoliberalismo, para além de um conjunto de políticas econômicas, é *a nova razão do mundo* (Dardot; Laval, 2016), uma racionalidade que estrutura as práticas sociais e os sujeitos a partir da concorrência, da meritocracia e da gestão empresarial, conduzindo os indivíduos a se tornarem *empreendedores de si*. O Estado transforma-se em promotor de práticas privatizantes, que ecoa nas formas religiosas, como o pentecostalismo que, a partir da teologia da prosperidade, expressa os princípios neoliberais.

O conceito de dispositivo (Foucault, 2008), contribui para o entendimento das CTs como mecanismos de governo dos sujeitos e das condutas. O dispositivo é compreendido como uma rede heterogênea de discursos, instituições, leis e práticas que respondem a urgências históricas dos períodos. No espaço urbano neoliberal, as instituições religiosas pentecostais caracterizam um dispositivo urbano neoliberal (Bricalli, 2022), articulando os aspectos sociais, econômicos e territoriais. Nesse contexto, as CTs pentecostais podem ser analisadas como parte de uma governamentalidade.



No contexto das cidades neoliberais, as políticas públicas brasileiras têm possibilitado às instituições religiosas – que oferecem serviços privados – o papel de gerir a pobreza urbana (Silva; Cataia, 2024). Nesse sentido, as CTs assumem funções do Estado, mas orientadas pela racionalidade neoliberal moral e disciplinar, em via dupla com a privatização do cuidado e a precarização do SUS e SUAS.

No Brasil, os estudos sobre CTs apresentam análises, em sua maioria, pautadas nas perspectivas sociológicas e na saúde pública, destacando o papel dessas entidades no acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. Porém, fundamentos ideológicos e espaciais que sustentam a expansão daquelas são pouco destacados. Na perspectiva geográfica, as análises sobre os nexos entre religião, território e neoliberalismo vêm ganhando expressividade. No que compete especificamente à análise das comunidades terapêuticas, destacamos Silva e Cataia (2024), que situam a cidade neoliberal como espaço de privatização das políticas sociais e de gestão das desigualdades, como as CTs.

O pentecostalismo, sob a vertente da teologia da prosperidade, constitui o elo entre o território, o neoliberalismo e a religião. Trata-se de uma religiosidade que se manifesta como fenômeno urbano (Machado, 1994), que integra a lógica do sistema capitalista. Sua teologia associa o sucesso material à fé e à moralidade. Nas CTs, tal associação manifesta-se na disciplina, abstinência, no trabalho e na transformação do sofrimento em mérito, isto é, princípios neoliberais de produtividade, autocontrole e competitividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Comunidades Terapêuticas no Brasil e o financiamento público

O fenômeno pentecostal, originado do movimento protestante popular nos Estados Unidos no início do século XX, pode ser compreendido a partir de três ondas (Freston, 1993; Mariano, 2014). São especialmente as igrejas pentecostais afeitas à Teologia da Prosperidade que constituem a racionalidade neoliberal. Trata-se de uma teologia que legitima a prosperidade de seus adeptos, compreendida para além da prosperidade material, mas que condiz com uma vida empreendedora no trabalho, no seu íntimo, nas relações sociais competitivas e na busca pelo sucesso através do mérito. É a legitimação da empresa como modelo de subjetivação (Dardot e Laval, 2016).



O neoliberalismo, entendido como razão capitalista do atual período, transcende a esfera econômica, sendo uma lógica que permeia a sociedade e reorienta as subjetividades individuais, priorizando soluções baseadas no mercado e intensificando a commodificação em todos os domínios da vida social (Brenner, Peck e Theodore, 2012), como nas religiões.

No Estado neoliberal, a administração pública é orientada para o mercado, priorizando o controle das populações vulneráveis e o consumo pelas classes médias. As políticas públicas necessárias para atender as demandas dos sujeitos em situação de vulnerabilidade não são amplamente realizadas, viabilizando a privatização da oferta de serviços básicos à população, tais como segurança, educação, saúde.

As igrejas passam a desenvolver serviços privados como creches, escolas, asilos, tratamentos a dependentes químicos, como as Comunidades Terapêuticas, definidas pelo Ipea (2017, p. 8) como “residências coletivas temporárias, onde ingressam pessoas que fazem uso problemático de drogas, que ali permanecem isolados de suas relações sociais prévias, com o propósito de renunciarem definitivamente ao uso de drogas e adotarem novos estilos de vida”. O modelo de tratamento chegou ao Brasil entre 1960 e 1970, mas o primeiro momento de crescimento ocorreu em 1990, alinhado à orientação neoliberal de estímulo à atuação de entidades privadas em detrimento das políticas públicas (Lemgruber; Napoleão; Castro, 2022). Estas CTs são financiadas por entidades religiosas, mas principalmente pelo Estado, através da União, dos estados e municípios.

As Comunidades Terapêuticas Acolhedoras são, conforme legislação, são instituições que utilizam a convivência entre os pares como principal recurso terapêutico. Classificadas como serviços de interesse para a saúde, e não como serviços de saúde propriamente ditos, seu funcionamento é regulamentado, sob a perspectiva sanitária, pela Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 29/2011, que estabelece normas de segurança para essas instituições. O funcionamento das CTs está amparado pela Lei Federal nº 11.343/2006, atualizada pela Lei nº 13.840/2019, e complementada pela RDC.

A denominação dessas entidades remonta a um modelo criado em 1950 no Reino Unido, que possuía como proposta original a promoção da convivência comunitária entre os pares, a partir de uma organização coletiva e horizontal, com atividades laborativas e educativas objetivando o enfrentamento de dificuldades. As CTs brasileiras seguem o modelo de Synnamon, com rotinas disciplinadas, laborterapia e espiritualidade (Santos, 2014). Mesmo com diferenças institucionais, uma característica comum entre as comunidades terapêuticas é a realização de tarefas de manutenção, limpeza e alimentação realizadas pelos



acolhidos, sem a contratação de trabalhadores, justificadas como parte do processo terapêutico.

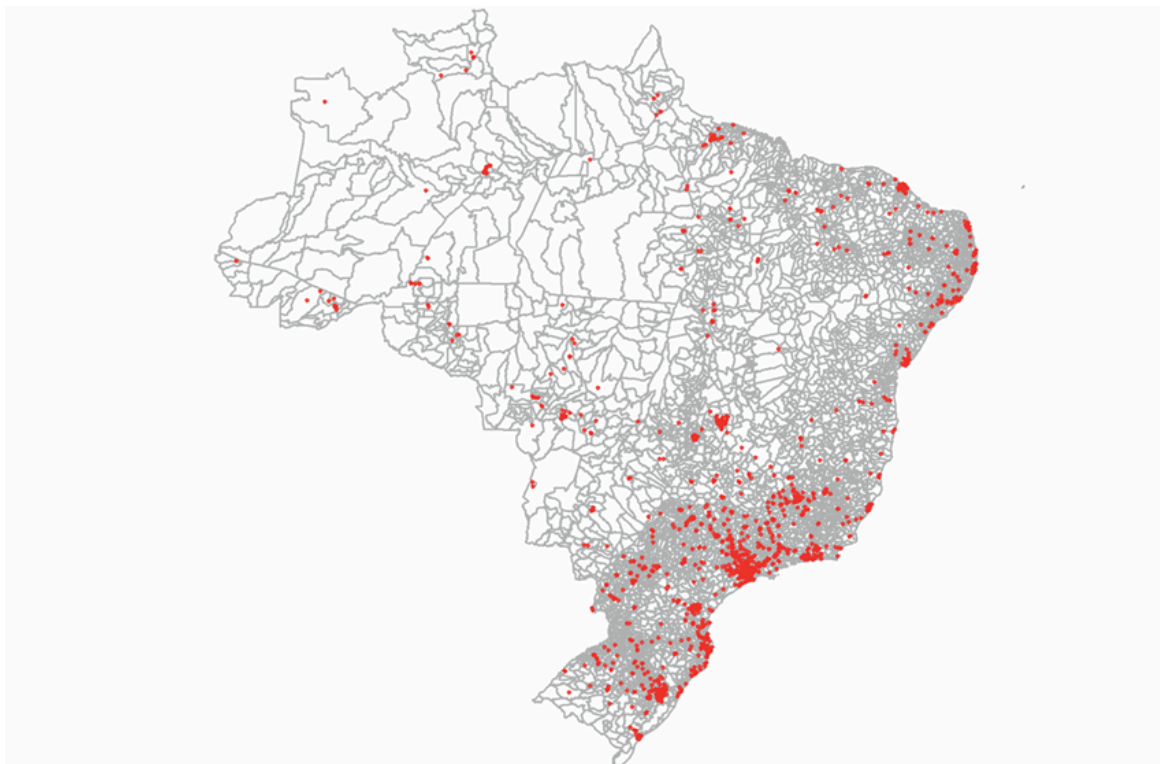
No ano de 2003, foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, valorizando abordagens diversas e não restringindo o tratamento à abstinência. Porém, na década de 2000, avançava-se o debate sobre drogas, especialmente o uso abusivo de crack, influenciando o primeiro momento de financiamento público, através do programa federal “Crack é possível vencer”, contratado pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), como parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, vinculado ao Ministério da Justiça e orientado pelo governo da presidenta Dilma Rousseff (2010-2016). Nesse período, as CTs passaram a integrar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como equipamentos de atenção residencial transitória.

Em 2015, o Conselho Nacional sobre Drogas (CONAD) regulamentou as CTs como pessoas jurídicas sem fins lucrativos. A Lei de Drogas de 2019 consolidou a regulamentação das comunidades e passou a incentivá-las financeiramente, evidenciando o fortalecimento dessas instituições em detrimento de outros modelos de assistência.

Entre 2017 e 2020, as CTs receberam em torno de 560 milhões de verbas públicas, 300 milhões somente do governo federal (Cebrap-Conectas, 2022), sem contabilizar os investimentos públicos oriundos das emendas parlamentares. O investimento foi ampliado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022): foram financiadas 2.900 vagas, com repasse anual de cerca de R\$ 40 milhões. Somente em 2019, as CTs de orientação cristã receberam quase 70% dos recursos do Ministério da Cidadania, cerca de R\$ 85 milhões do Estado. No final de 2021, havia 10.657 vagas contratadas, somando 193 milhões de reais em repasses dos anos de 2020 e 2021.

Mais de 82% de CTs contratadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) são vinculadas a grupos religiosos cristãos, sendo 40% pentecostais. Um levantamento da SENAD identificou cerca de 1.900 comunidades terapêuticas no território brasileiro (Mapa 1), com 83 mil vagas destinadas para tratamentos. A maioria encontra-se nas regiões Sudeste (41,7%) e Sul (25,5%). O Sudeste concentra 43% das vagas, sendo 15% de orientação pentecostal. Esta região foi a que mais recebeu verba em 2019, cerca de R\$ 51,1 milhões (IPEA, 2017).

Mapa 1: Localização das Comunidades Terapêuticas no território brasileiro



Fonte: Cadastro da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Ministério da Justiça. Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest-Ipea), 2014.

A expansão das Comunidades Terapêuticas no Rio de Janeiro

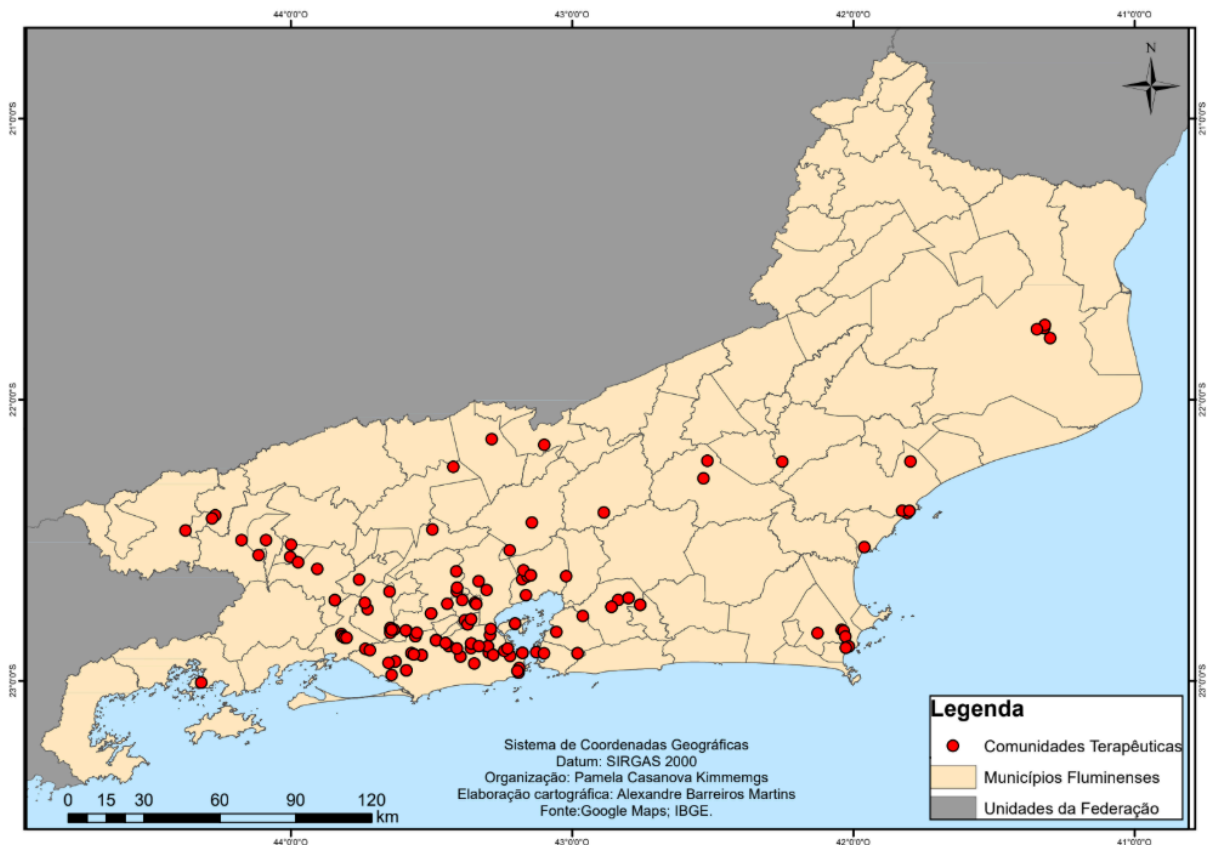
O crescimento e fortalecimento das CTs cristãs conservadoras ocorre concomitante à ascensão desses grupos na política brasileira. Em 2022, o estado do Rio de Janeiro contava com cerca de 109 CTs distribuídos em 16 municípios, sendo 38 concentradas na capital (Lemgruber; Napoleão; Castro, 2022). Destaca-se que 15,3% dessas entidades são pentecostais. Já em 2025 esse número se elevou para 147 instituições, 48 delas concentradas somente no Rio de Janeiro (Mapa 2).

Mapa 2: Comunidades Terapêuticas no estado do Rio de Janeiro (2025)



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia



A expansão das comunidades terapêuticas pentecostais no estado do Rio de Janeiro expressa os efeitos espaciais da racionalidade neoliberal sobre a gestão da pobreza urbana. Em contrapartida, os Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas (CAPSad), vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e responsáveis pelo tratamento de transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, tiveram uma previsão orçamentária de aproximadamente R\$ 158 milhões para o ano de 2022. Entre os anos de 2019 e 2021, o financiamento dos CAPSad cresceram cerca de 11%, enquanto as verbas destinadas às CTs cresceram, nesse mesmo período, 65%. Tal configuração se articula à racionalidade neoliberal que conduz as políticas públicas para caminhos cada vez mais privatizantes. Como consequência, o SUS vem sendo progressivamente precarizado.

Segundo dados do Ipea (2017), 74% dessas entidades estão em áreas rurais, sendo que 56% destas localizadas em municípios metropolitanos. Assim, 40% das CTs estão situadas em áreas periféricas dos grandes centros urbanos. A localização das comunidades terapêuticas (Mapa 2), revela uma distribuição territorial desigual, com forte concentração em áreas periféricas e suburbanas. Tal estratégia priva o convívio dos usuários com o seu território, com suas famílias e com sua comunidade.

As CTs brasileiras se ancoram no tripé: trabalho, disciplina e espiritualidade, que, embora revestidos de um discurso convencedor, operam segundo a lógica de auto



responsabilização individual. As práticas dessas entidades cristãs têm como fundamento uma visão moral dos transtornos por uso de substâncias e se ancoram em práticas coercitivas e confrontadoras, na tentativa de uma modificação moral dos sujeitos.

Os nexos entre políticas públicas, igrejas evangélicas e neoliberalismo são muitos, visto que o fenômeno pentecostal, aqui analisado através das CTs, se mostra como fundamental no contexto da neoliberalização das políticas públicas de saúde mental, alicerçado por normatizações que, carregadas de informação, cristalizam ações (Santos, 2020). A Teologia da Prosperidade torna-se suporte para a vida urbana em contextos de mutilação da cidadania. Através de suas materialidades, as igrejas pentecostais revelam sua centralidade na sociedade atual, gerindo territórios e reforçando práticas de gestão privada da pobreza urbana alinhadas ao neoliberalismo (Silva e Cataia, 2024).

Compreendemos, portanto, as CTs como expressões territoriais da neoliberalização. Elas sintetizam os nexos entre religião, economia, gestão da pobreza urbana e neoliberalismo. Não apenas se inserem no território, mas o reestruturam sob uma racionalidade neoliberal, em que a pobreza é tratada como desvio moral e o espaço urbano é reorganizado sob os princípios da eficiência, da segregação e da mercantilização da fé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, ainda em fase inicial, busca compreender a atuação das CTs pentecostais no Rio de Janeiro como dispositivos urbanos neoliberais que reestruturam o espaço geográfico e as políticas públicas.

A expansão dessas entidades, possibilitada principalmente pelo crescimento de 65% no financiamento estatal entre 2019 e 2022, está inerentemente vinculada à racionalidade neoliberal, a psicosfera do período, substituindo a atuação do SUS por serviços confessionais privados. Conformam, portanto, um dispositivo urbano neoliberal e instrumento de gestão da pobreza urbana.

Além disso, a localização das CTs nos aponta para a possibilidade de uma estratégia locacional segregadora, opondo-se aos princípios do SUS e do SUAS. Os nexos entre a Teologia da Prosperidade e a neoliberalização do território revelam a consolidação de uma gestão urbana privatizante e perversa.

Portanto, o crescimento das CTs pentecostais não pode ser compreendido apenas como fenômeno religioso, mas como parte do processo político e territorial de neoliberalização, contribuindo para consolidar um modelo de gestão urbana privatizante e perversa.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Centro de Estudos da Metrópole**. NT 20, 2023.

BARDI, G.; GARCIA, M. L. T.. Comunidades terapêuticas religiosas: entre a salvação pela fé e a negação dos seus princípios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1557–1566, abr. 2022.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização? **Cadernos Metrópole**, v. 14, n. 27, p. 15-39, 2012.

BRICALLI, Iafet Leonardi. Os evangélicos e o dispositivo urbano neoliberal: governando as populações e os territórios urbanos periféricos. **Geografares**, 34, 2022.

CEBRAP-CONECTAS, **Financiamento público de comunidades terapêuticas brasileiras 2017 e 2020**. 33p. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Tese de Doutorado - **Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas**. São Paulo, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GONÇALVES, Hugo Feitosa; SANTOS, Clácio Jamilson Bezerra dos; LIMA, Isabelly Cristiany Chaves; A ética neopentecostal e o espírito do neoliberalismo: elementos da retórica bolsonarista. **INTER-LEGARE**, v. 5, n. 35, p. 1-28, 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

IPEA. **Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Diest Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia – IPEA, n.21, 2017.

KIMMEMGS, Pamela Casanova; REIS, Alan. Os usos do território brasileiro pelas Igrejas Evangélicas na era da digitalização. In: **XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB)**, 2024.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Territorialidade Pentecostal: um estudo de caso em Niterói. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 56 1/4, n.n.1/4, p. 135-164, 1994.



MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5. Ed. São Paulo, Loyola, 2014.

NAPOLEÃO, Paula; CASTRO, Giulia. **Imposição da fé como política pública**: comunidades terapêuticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

REIS, Alan. A influência neoliberal nas ações sociais das Igrejas Assembleias de Deus na cidade de Campos dos Goytacazes. In: **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**, São Paulo. Geografia Urbana, Econômica e Regional, 2024.

SANTOS, Ana Maria; VILAÇA, Helena. Religião e neoliberalismo: a perspectiva da Igreja Universal do Reino de Deus sobre a crise financeira portuguesa e a política de austeridade (2010-2012). **REVER**, v. 22, n. 1, p. 113-128, 2022.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Comunidades Terapêuticas no Brasil: contornos, funções e objetivos. Boletim de Análise Político-institucional. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 10. reimp. São Paulo: Edusp, 2020 [1. ed. 1996].

SILVA, Silvana Cristina da. Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, p. 369-388, 2024.

SILVA, Silvana Cristina da; CATAIA, Márcio. Cidade neoliberal e gestão da pobreza urbana. **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 90–114, 2024.